

Um exercício historiográfico sobre o tema trabalho: um breve ensaio

Juliano Alves da Silva¹

Resumo: Ao propor um estudo sobre a escrita da História do Trabalho, limito essa análise em questões mais gerais sobre o tema. Este breve ensaio analisa as dificuldades e motivações que rodeiam o trabalho do historiador, em especial o trabalho dos historiadores preocupados com a temática. A historiografia a respeito do tema tem demonstrado novos desafios para entender essa categoria de análise, fato que gerou uma série de desdobramentos nas abordagens e metodologias. As preocupações referentes à produção do conhecimento histórico são tratadas neste ensaio como ponto de partida para um estudo mais amplo sobre o tema, que diz respeito a História do Trabalho e sua importância no cenário historiográfico. Longe de propor soluções para as divergências existentes a respeito do tema, ofereço aqui um entendimento de sua importância na História, mediante uma relação com a situação da classe trabalhadora nas indústrias de Aparecida do Taboado-M/S, pesquisa que desenvolvo desde o ano de 2007. A relação que estabeleço entre a crise da História do Trabalho e as condições dos trabalhadores no município, parte de um princípio básico, qual seja: as condições do proletariado a partir das décadas de 1990 e 2000 que, por sua vez, influenciaram para pensar na crise da categoria de análise.

Palavras-chave: historiografia, trabalho, proletariado.

One year labor historiography on the subject: a short test test

Abstract: In proposing a study about the writing of the history of labor, limiting the analysis to more general questions about the topic. This brief essay examines the difficulties and motivations surrounding the historian, especially the historians work concerned with the theme. The historiography on the subject, has shown new challenges to understanding this category of analysis, a fact that generated a series of spin-off in the approaches and methodologies. Concerns regarding the production of historical knowledge, are treated in this essay as a starting point for a broader study about the subject, that show respect to labor history and its importance in the historiographical view. Far from proposing solutions to the divergences on the theme, offering here an understanding of its importance in History, by a regarding on the workers situations in Aparecida do Taboado-M/S, develop research since the year 2007 . The relationship established between the crisis of labor history and workers conditions in the city, start of a basic principle, namely, the conditions of the proletariat from the decades of 1990 and 2000, which, in turn, influenced to think about crisis in the category of analysis.

Keywords: historiography, working, proletariat.

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas CPTL, concluída em 2009. Atualmente é aluno do programa de pós-graduação em História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Juli_asilo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo fazer uma breve análise sobre o tema trabalho dentro da historiografia, tecendo algumas considerações sobre a História do Trabalho de um modo geral, levantando possibilidades, com base em estudos desenvolvidos por autores do CECULT/UNICAMP², de (re) pensar a respeito. Por essa razão, a discussão visa percorrer as possibilidades e desafios para a construção do conhecimento histórico nessa área.

Para tanto, faço um panorama sobre as novas possibilidades na construção do conhecimento histórico, levantando alguns pontos para se pensar a chamada Nova História. Proponho ainda, uma reflexão sobre os elementos que ajudaram na constituição da crise no campo da História do Trabalho.

As considerações aqui propostas fazem parte de uma análise sobre os estudos das novas abordagens de pesquisas que influenciaram para (re) pensar a dimensão das principais categorias de análises para o tema: capital e trabalho. Dessa forma, abordo a temática relacionando com algumas considerações a respeito do processo de industrialização recente em Aparecida do Taboado-M/S, cuja temática é fruto de uma pesquisa mais abrangente, realizada no âmbito da pós-graduação em nível de mestrado pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Por outro lado, esse estudo permite levantar questionamentos da utilização de modelos, tendo-os como categorias fechadas. Maneira pela qual muitos estudiosos entenderam e explicaram a sociedade até a segunda metade do século XX.

As páginas que seguem, trazem preocupações referentes à produção do conhecimento histórico. Essa tentativa advém da importância de se questionar a historiografia, bem como o próprio ofício do historiador. Mesmo que de maneira ínfima, as preocupações acerca da escrita da História, que serão enunciadas no decorrer da discussão, chamam atenção para uma série de questões. Uma delas me leva sempre ao questionamento de uma simples criança que tanto incomodou Marc Bloch com a pergunta: “papai, para que serve a História?”

² Centro de pesquisa em História Social da Cultura da Unicamp.

PENSANDO A ESCRITA DA HISTÓRIA DO TRABALHO A PARTIR DA HISTORIOGRAFIA

Em sua obra “*A Escrita da História*”, o historiador Peter Burke sinaliza para as mudanças de paradigmas na construção do conhecimento histórico (BURKE, 1992. p. 23). O autor, junto com outros pesquisadores, coloca em pauta os caminhos e descaminhos para pensar a construção do conhecimento historiográfico, levantando discussões a serem consideradas como fundamentais. Nesse trabalho, as discussões que o livro enuncia são relativas à atuação do historiador frente à realidade dos fins da década de 1980 e início da década de 1990.

Os estudos enunciados objetivaram oferecer reflexões sobre um debate que, por vezes, vinha sendo construído desde o início do século XX pela escola dos *Annales*: o trabalho de escrita da História e o tratamento com as fontes. Discussões essas, levantadas por muitos historiadores que iniciaram seus estudos a partir da escola dos *Annales*, que contribuíram para pensar o papel do historiador frente o difícil trabalho de análise dos indícios deixados pelos seres humanos ao longo do tempo.

Para questionar o papel do pesquisador é preciso pensar nos mecanismos de análise histórica. Essa discussão para os dias atuais parece, por vezes, sem necessidade, bem como desgastada, fato percebido, principalmente, pelo demasiado esforço da historiografia nacional e internacional (BURKE, 1992). Todavia, entender que a produção do conhecimento histórico é passível de várias abordagens e, inevitavelmente, o tratamento com as fontes compartilha dessa perspectiva, relaciona-se com a proposta de uma historiografia dinâmica.

A construção do conhecimento histórico se mostra em constante mudança, e cada abordagem depende da orientação teórico-metodológica dos pesquisadores. Essas considerações permitem questionar o tratamento dado às análises históricas no decorrer das pesquisas. Nesse sentido, é necessário reforçar que não existe uma fonte específica para cada pesquisa, nem uma metodologia, tão pouco, uma teoria. O que existem são: fontes; metodologias e teorias.

A partir da análise de Peter Burke (1992, *Ibidem*), pode-se pensar que esses movimentos influenciaram no processo de construção de uma nova proposta para a historiografia nacional e internacional. Assim, esses estudos geraram a possibilidade de problematizar uma série de temas que não vinham sendo trabalhados. A

sistematização no campo das discussões historiográficas foi imprescindível por permitir diálogos, principalmente com as outras ciências. Nesse sentido, a historiografia sobre o tema Trabalho foi estabelecida como um campo de análise, marcado por um terreno cada vez mais arenoso.

Ao propor uma análise sobre a historiografia brasileira produzida a respeito da classe operária, Cláudio Batalha (BATALHA, 1998, In FREITAS, 1998) evidencia cinco momentos a respeito do tema. O trabalho enunciado faz parte das discussões que compõe a coletânea de textos sobre a historiografia brasileira, organizada por Marcos de Cezar Freitas (FREITAS, 1998) e publicada pela editora contexto.

Segundo Claudio Batalha, o primeiro desses momentos se refere aos trabalhos da produção militante, realizados no início do século XX. Assim, os estudos enfatizavam o sentido de classe para si. Esses trabalhos foram objetos de atuações políticas, relacionadas às lutas dos trabalhadores e trabalhadoras no início da república. Em seu livro “*O movimento operário na Primeira República*” publicado em 2000, (BATALHA, 2000. p. 27-29), Claudio Batalha esboça a trajetória da história da classe trabalhadora, evidenciando sua evolução nos primeiros anos da República.

O autor salienta a respeito dos problemas e das dimensões para se pensar esse movimento, relacionado ao caráter político da época. Não estritamente ligado a vinculação do sentido de classe para si, o livro oferece elementos para pensar em uma história da classe trabalhadora, tendo como viés a análise dos setores de produção, a origem dos trabalhadores, as múltiplas formas de organização e a diversidade das correntes ideológicas.

No segundo momento de análise, o autor salienta a respeito das sínteses sociológicas produzidas no contexto dos anos 1960, que tiveram grande influência das obras de Marx. A seu ver, as análises sociológicas traziam consigo a preocupação em elaborar generalizações a respeito da classe trabalhadora. O objetivo era, no momento, elaborar uma abordagem estrutural da sociedade. Na análise de Claudio Batalha, intelectuais como Juarez Brandão Lopez, desenvolviam seus estudos sobre a classe trabalhadora de forma esquemática.

Por assim dizer, o autor analisado por Claudio Batalha realizava seus estudos com base em classificação, fato que o levou propor uma abordagem a partir de uma teoria. Sua tese baseava-se na atuação do capitalismo no Brasil e no

mundo, independentemente de qual país inserido nesse modelo de produção. Talvez um dos riscos nessas abordagens, fosse o de “encaixar” uma teoria em uma determinada realidade que, por sua vez, nos levaria ao determinismo histórico.

Conforme Claudio Batalha, a partir dos brasilianistas, na década de 1970 se estruturou uma historiografia acadêmica e operante. Nesse sentido, preocupada com o movimento nacional a internacional da historiografia a respeito do tema.

Já nos anos 1980 as tendências acerca da historiografia da classe operária, aumentaram em vista da crescente oferta de vagas nos programas de pós-graduação. Em concordância com as discussões propostas por Margareth Rago (RAGO, 1999. p. 74-77), o autor salienta que esse movimento só foi possível a partir de novas pesquisas na academia. Isso ampliaria também, a crise através da fragmentação do campo de estudo. A utilização de outros documentos, além dos tradicionais, por sua vez, acarretaria essas transformações. Portanto, as novas pesquisas influenciaram em novas abordagens, bem como chamou atenção para os cuidados metodológicos e teóricos.

Nesse cenário, as análises de autores do cunho de Edward Thompson (THOMPSON, 1987, 1988, 1989) e Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, ed.5 2008) tiveram sua influência, a partir do momento em que impulsionaram os estudos sobre a História social. Nas décadas de 1960 e 1970, pelo menos institucionalmente, esses estudos não eram realizados no Brasil, em vista da repressão militar dentro das universidades.

A importância da “Nova História”, bem como a aproximação entre as ciências humanas e sociais e, por sua vez, o uso de documentos diversos, refletiram na historiografia, de um modo geral, o sentimento de crise.

Elaborando uma sistematização da historiografia da classe operária no Brasil, Claudio Batalha chega ao seu último elemento. Esse ponto pode ser considerado como de repercussão mundial e não apenas brasileira, pois está relacionado à crise da própria categoria de análise. Nesse sentido, o que se questionou foi à validade do conceito que representou por muito tempo o grupo de trabalhadores e trabalhadoras: a classe.

Nesse movimento, Habermas (HABERMANS, 1987. p. 25-50) em sua teoria crítica, explicitada em relação a Marx, resguarda uma postura contrária entre o fim útil do trabalho que, para Marx, seria uma relação fundamental na emancipação

humana, tendo-o como um meio pelo qual o sujeito se reconhece perante suas ações na natureza.

Segundo a teoria marxista, o trabalho refere-se ao modo como o ser humano controla e manipula o seu ambiente, em vista de uma série de fatores não estritamente ligados ao econômico, mas em relação às condições materiais. O trabalho seria, por sua vez, uma unidade vital entre sujeito e natureza e não uma exteriorização de sua condição vital. Ou seja, o trabalho, em sua plenitude, não exibiria uma face estranhada³. Nesse sentido, o trabalho não se apresentaria apenas como um elemento transformador da natureza, mas como um sistema de autotransformação e auto-reconhecimento.

Habermas ao tratar da teoria da ação comunicativa, restringe sua explanação a respeito do trabalho a uma ação instrumental. Os três domínios genéricos de interesse humano: o conhecimento prático, o conhecimento sobre o trabalho e emancipatório, marcam para o filósofo a restrição dessa interação. Segundo Habermas (HABERMANS, 1987. 25-50), o ser humano necessita da interação com a natureza ao passo que o conhecimento sobre o trabalho é baseado em uma investigação empírica. Portanto, esse saber, governado por regras técnicas, é basicamente um dos critérios de controle efetivo da realidade. Por essa razão, o filósofo define o trabalho como um conjunto de ações adequadas no momento em que o ser humano interage com o mundo. Ou seja, o trabalho não seria capaz de transformar o ser humano, pois é apenas um complemento em sua vida e não parte dela.

Com sérias consequências, essas análises ajudaram na configuração de uma espécie de crise para a categoria trabalho. Fukuyama é outro estudioso que polemizou a luta de classes na década de 1990. O argumento central de seu estudo se baseou na queda do muro de Berlim e no fim de grande parte dos regimes social-democratas do leste europeu. No que diz respeito a História do Trabalho, a polêmica foi instituída, pois se questionou o papel da classe trabalhadora na sociedade, chegando a afirmação de sua possível inexistência. Por essa razão, se propagou a

³ Na teoria marxista o conceito de alienação pode ser considerado como um estranhamento. O processo de trabalho deveria ser uma atividade natural do ser humano. Ao passo que o capitalista se apropria da força de trabalho relega para atividade vital o sentido de mercadoria, criando dessa forma duas mercadorias: o produto do capitalista e a força de trabalho do operário. Todos os termos utilizados nesse texto em referência a alienação e estranhamento, ao trabalho alienado ou mesmo ao trabalhador na condição de alienado, se remetem ao conceito apresentado.

ideia do fim de uma luta de séculos entre capitalismo e socialismo, dessa forma, consagrando a vitória definitiva do primeiro sistema de produção sobre o segundo.

Nas palavras de Ricardo Antunes (ANTUNES, 1999.p. 32-34), em longo prazo as consequências do fim do leste europeu marcaram suas positivities, sobretudo por que evidenciaram a possibilidade da retomada de um projeto socialista de novo tipo. Mas no plano mais imediato houve, em significativos contingentes da classe trabalhadora e do movimento operário, a aceitação e mesmo assimilação da tese do "fim do socialismo" e, conseqüentemente, do fim do marxismo.

Ao relacionar essas considerações com a abordagem sobre a historiografia da classe trabalhadora, é necessário entender que as crises são produtivas no terreno das pesquisas. Diferentemente das posições dos autores citados que contrapuseram as ideias centrais acerca do tema trabalho, a teoria marxista é válida para se pensar em uma série de questões. Contudo, é necessário certo cuidado, pois existiram questões outras que influenciaram a escrita do jovem Marx.

ELEMENTOS QUE INFLUENCIARAM NA CRISE DA HISTÓRIA DO TRABALHO

Propondo uma interação entre a crise da História do Trabalho e a questão da situação da classe trabalhadora de modo geral, é possível levar em consideração o estudo sobre o processo de industrialização recente em Aparecida do Taboado – M/S, tendo como marco de pesquisa o ano de 1993 quando foi instituído o PRODEAT⁴. Essa análise faz parte da abordagem que desenvolvo com base em um fenômeno gerado pela descentralização produtiva no Brasil.

Nesse momento, corro o risco de generalizar a situação da classe de uma realidade micro para a macro. Todavia, o estudo demonstra que há semelhanças e diferenças, e que classificações fechadas só limitam as abordagens. Não pretendo analisar de forma esquemática, e fazer aqui uma classificação da realidade nacional

4

Lei que cria o programa de desenvolvimento econômico de Aparecida do Taboado e da outras providencias. Fica a Prefeitura Municipal autorizada a ceder ou doar bens imóveis de sua propriedade, localizados no **distrito industrial** I, bem como a conceder os incentivos fiscais previstos nesta lei, a empresas individuais ou coletivas, de sociedade anônima ou de responsabilidade, que tenham por objetivo, fins industriais, agroindustriais, de prestação de serviços ou de comércio de grande porte, que vierem a se instalar no Distrito Industrial I, ou ampliar as suas instalações de forma a aumentar a demanda de mão de obra e a arrecadação pública.

ou mundial da classe, exemplificando com as características das relações de trabalho no município. Embora isso seja possível, seria uma abordagem que desmereceria as particularidades de uma realidade sem tradição industrial, como é o caso de Aparecida do Taboado.

Localizado na costa leste⁵ de Mato Grosso do Sul, o município de Aparecida do Taboado está situado em uma região denominada de bolsão sul mato-grossense⁶. Uma região marcada, a partir dos anos 1990, pelo crescente aumento do PIB do Estado. Por essa razão, muitos municípios da região são incentivados a gerarem emprego e renda a partir das plantas produtivas industriais. Assim, Três Lagoas, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul e Costa Rica, se inserem em um contexto econômico voltado para a produção de mercadorias, com o predomínio do sistema produtivo toyotista.

Esses municípios, para Wilson Cano (CANO, 2008. p. 50-70), impulsionam a atividade industrial devido à descentralização produtiva no Brasil, influenciando na geração de políticas que visam a competitividade entre os municípios e estados, em uma verdadeira guerra fiscal para a implantação dos parques industriais. Na verdade, essas políticas visam uma nova possibilidade de produção para os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, em um modelo de exploração a partir das plantas produtivas industriais toyotistas, dividindo a economia, principalmente, com agropecuária que por muito tempo foi à base de exploração do Estado.

⁵A Costa Leste de Mato Grosso do Sul é formada pelos municípios de Aparecida do Taboado, Selvíria, Três Lagoas, Brasilândia, Bataguassu, Santa Rita do Pardo e Anaurilândia que, juntos, formam um cenário composto pela bela paisagem do Rio Paraná e seus afluentes, com diversas opções de lazer e entretenimento em suas margens. Essa denominação corresponde a nomenclatura de visão mercadológica, que tem por objetivo enaltecer a região para possíveis investimentos industriais. Por isso, o interesse em contrapartida das empresas por essa região, pois existe um complexo de transporte (intermodal), atualmente composto por rodovias que são utilizadas em 81% do escoamento da produção, as ferrovias escoando apenas 9% e a hidrovía utilizada em 10% do total. Em anos anteriores, as ferrovias e a hidrovía já representaram 16% do escoamento. De acordo com estudos do PNLT e da Secretaria Estadual de Obras e Transporte, a meta é que até o ano de 2025 Mato Grosso do Sul conte com 33% da produção transportada em rodovias, 32% em ferrovias, 29% por hidrovía, 5% outros meios e 1% por via aérea. Fonte acessada em 05-04-2010 as 13:00 no site/www.portalms.com.br/noticias/Andre-discute-no-DF-viabilidade-do-Complexo-Logistico-Intermodal/Campo-Grande/Politica/13041.html

⁶ Bolsão sul-mato-grossense é um nome dado a uma região do leste do estado de Mato Grosso do Sul, constituindo-se na área de maior arrecadação fiscal do estado e também da mais rica em termos de PIB per capita, com quase o dobro do PIB per capita de qualquer uma das outras três mesorregiões do estado. Abrange os seguintes municípios: Três Lagoas, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul e Costa Rica.

Veremos ao longo deste artigo, que embora esse sistema produtivo – toyotismo –, esteja presente nas empresas do mundo todo, e em grande parte das indústrias do Brasil, pelo menos no município ele não se apresenta de forma predominante. Fato esse devido às características da industrialização recente e da classe trabalhadora da região.

Nesse momento, recorro às abordagens de Ricardo Antunes (ANTUNES, 1999. p.50), quando salienta a respeito da nova morfologia do trabalho industrial estabelecida no fim do século XX. Compreender as influências de questões como as apontadas pelo autor ajuda a perceber os movimentos da crise da História do Trabalho que, por sua vez, contribuiu para um novo olhar sobre o tema.

Os debates que o sociólogo estabelece, marcam um território que vai das suas considerações às abordagens sobre uma crise na História do Trabalho. Para o estudioso, a categoria trabalho não deixa de ser central nas análises sociais. Esse é o território que demarca como sendo fundamental para se pensar na nova condição do operariado, do qual me utilizo para evidenciar como que contribui para uma possível crise da História do Trabalho. Entretanto, essas análises também me fornecem meios para questionar as novas condições de trabalho a partir da industrialização recente em Aparecida do Taboado, e de modo geral no estado de Mato grosso do Sul.

Na análise de Antunes (ANTUNES, 1999, p. 18), existem algumas considerações para se pensar na nova condição do trabalhador fabril. A primeira delas diz respeito à redução do operariado manual, concentrado, típico do sistema de produção fordista. Essa consequência acarretaria para a classe trabalhadora uma espécie de desarticulação, causando assim o desmonte, principalmente, dos objetivos de muitos sindicatos atuantes. Nesse sentido, o novo contexto econômico e social de produção, evidenciado pelo toyotismo, oferece a ilusão para a classe trabalhadora de autonomia, em uma situação marcada pela presente ameaça de perda do posto de trabalho.

Em entrevistas realizadas com trabalhadores da Pelmex no município de Aparecida do Taboado, percebi várias situações a esse respeito. A partir dos relatos, pude estabelecer um diálogo com as considerações de Antunes (ANTUNES, 1999). A maior parte dos trabalhadores demonstrou realidades parecidas com os estudos do autor, todavia, a generalização mecânica não é a finalidade deste ensaio.

O seguimento produtivo que analiso aqui é apenas um dos três que a pesquisa de um modo geral enfoca. Por hora, e pelo limite de um ensaio, o estudo ficará restrito a fábrica mencionada no parágrafo anterior e a alguns trabalhadores, escolhidos sem o estabelecimento de regras precisas. Apenas por critérios de pertencerem ao quadro de funcionários da mesma empresa e atuarem no mesmo setor: a produção de estofados.

A partir da entrevista⁷ realizada com André Almeida⁸, pode-se perceber que o setor de estofados da empresa, organiza a produção de acordo com o pressuposto de autonomia do trabalhador dentro da fábrica. Essa responsabilidade é instituída a classe por meio de um sistema coercivo, que induz o sujeito a pensar que a alternativa para o bom desempenho do trabalho é a concorrência no interior da classe. Como a classe trabalhadora esta cada vez mais diminuta, em sua expressão de luta e de organização, essa postura só aumenta o abismo existente em seu interior.

Na sua análise sobre o processo de produção de poltronas reclináveis, o trabalhador evidencia que existe certa manobra com relação à produtividade da empresa. Quando Ricardo Antunes (1999, *idem*) constata que há redução do operariado, conseqüentemente existe o enxugamento dos postos de trabalho e a intensificação do ritmo do trabalho diário. Na medida em que a empresa transfere todas as responsabilidades da produção para os funcionários, o trabalhador se vê diante de uma situação que exige de si todo o esforço para atingir a meta de produção. Sua remuneração é baseada na quantidade de produção mínima diária. Daí surge a concorrência entre os próprios trabalhadores, pois a superação da meta mínima diária pode acarretar em acréscimos reais em dinheiro.

Ao estudar o sistema de produção toyotista, Eurenice de Oliveira (OLIVEIRA, 2004. p. 28) verifica que as características do contexto prejudicam a organização da classe trabalhadora. A realidade mencionada pelo trabalhador é inteirada como parte desse processo. O trabalhador em questão sente que a intensidade do trabalho muda conforme a demanda do mercado. Nesse sentido, uma questão é colocada: se existe uma demanda de mercado suficiente para empregar mais funcionários, por que não fazê-lo?

⁷ Entrevista realizada em Aparecida do Taboado, no dia 26 de novembro de 2010.

⁸ Trabalhador do quadro de funcionários da Pelmex. Montador de estruturas de madeira para estofados.

Poderíamos pensar em uma série de questões que levam as indústrias a se portarem dessa forma, contudo, destaco que o sistema produtivo em questão (toyotismo), desenvolve técnicas de aprisionamento dos trabalhadores e trabalhadoras a esse sistema de trabalho. Portanto, para manter o quadro estável de funcionários, sem mais encargos sociais, a empresa Pelmex estabelece um sistema de bonificação em vista da produção. Por outro lado, essa postura da empresa pode ser considerada como um sistema de punição para os funcionários que não conseguem atingir a meta estabelecida.

Essa política de gestão industrial, por assim dizer, tem por objetivo controlar o quadro de funcionários, visando, sobretudo, eliminar a efetividade da organização de classe. Propostas de reivindicações são aceitas apenas como forma de sugestão de melhoramento da produção, como relata o próprio trabalhador. A intensidade do trabalho e a redução do quadro de funcionários não permitem uma organização eficaz. No caso da proposta da empresa, a cooperação entre trabalhador e patrão seria o resultado da comunhão de interesses. Ou seja, o colaborador da empresa tem por obrigação cuidar do que a política capitalista considera ser: “seu patrimônio”.

Segundo a fala do próprio trabalhador, a empresa seria um lugar importante para a sua vida. Mesmo o fato de ele ter sofrido com depressão em vista da rotina de trabalho, não permite que seja contrário a empresa. Em suas palavras:

Eu já tive momentos ruins dentro da empresa. Como assim que eu andei doente, com depressão e vários amigos que eu tive lá [também]. Só que também tive momentos muito bons, porque [foi] onde consegui na carreira minha, construir uma casa, comprar uma moto pra minha esposa e pra mim também. Então eu acho que a Pelmex é uma das firmas que veio para Aparecida do Taboado pra ajudar eu e muita gente, porque é uma firma muito boa. (ALMEIDA, 2010. p. 1)

Para os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, principalmente nesse setor, existe um contrato de trabalho diferenciado. O estabelecido entre a empresa e funcionário não é a venda de sua força de trabalho por um determinado tempo, como a legislação trabalhista permite, no caso, oito horas diárias. O contrato de trabalho é baseado em uma quantidade X de produtos fabricados, para o mínimo considerado “justo” de remuneração. Isso ocorre independente de horas trabalhadas, pois o valor pago pela empresa é correspondente a produção. Quando a produção diária é atingida, a partir desse momento toda a produção excedente do

dia é revertida em acréscimo no salário, equivalente ao valor de 11 a 12 reais por poltrona. Contudo, esse valor é dividido por todos os componentes do setor, que são: preparadores de espumas, tapeceiros, montadores.

Essa situação nos leva a entender que esse universo não está estritamente ligado à realidade do município. A partir das análises de Ricardo Antunes (ANTUNES, 1999. p.50), pode-se considerar que a realidade apresentada pelo trabalhador André Almeida diz respeito ao âmbito mundial. Porém, existem especificidades nas relações de trabalho no município, por ser um lugar sem tradição industrial e que não abriga apenas o sistema de trabalho do tipo toyotista, em voga na grande parte da produção mundial.

Mesmo o toyotismo estando em vigor em grande parte das atividades industriais em todo mundo, o fordismo não deixou de operar, em certa medida, em conjunto com o toyotismo nas empresas de Aparecida do Taboado. Por essa razão, as relações de trabalho no município se apresentam de forma um pouco diferenciada da realidade mundial.

Conforme outro trabalhador, o operário Kleber⁹, sua função dentro da empresa ficava restrita a uma atividade racionalizada. Seu trabalho dentro da fábrica consistia em revestir com espumas as estruturas de madeiras dos sofás e poltronas, para que pudessem receber o acabamento em couro, ou tecido. Seus movimentos, desenvolvidos de formas precisas, eliminando o tempo desnecessário, eram fundamentais para manter a produtividade na meta estabelecida pela empresa. Essa é uma das características do fordismo em trabalho de cooperação com o toyotismo: autonomia e racionalização. Portanto, mais que classificar um estudo de forma estrutural, é necessário perceber suas variações.

O princípio da administração científica, fundamentado nos estudos de Taylor, e que teve por objetivo a busca por normas e processos de trabalho uniformes, não foi totalmente superado pela sociedade contemporânea. Essa realidade se apresenta, principalmente, em três empresas do município, fato percebido em outras entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras.

As bancadas utilizadas na produção das poltronas são apresentadas aos trabalhadores como imitações das esteiras fordistas. Trabalhando um do lado do

⁹ Kleber, 25 anos de idade, montador de estruturas de madeira para estofados e preparador de das mesmas para serem revestidas em couro. Funcionário da fábrica de estofados e colchões Pelmex, entre 2002 e 2008. Entrevista realizada em sua residência no dia 26 de novembro de 2010.

outro, os trabalhadores têm por obrigação o controle da tarefa do outro colega, pois caso contrário a produção para, e as bancadas começam a acumular a produção. Isso se resume na vigilância das operações de trabalho dentro da fábrica, fato que ajudou na desarticulação da classe trabalhadora.

Segundo o trabalhador, a princípio o que encantava nesse sistema de produção era a ideia de poder ganhar um salário melhor.

Eu posso te dizer que o que fascinava o nosso grupo, a princípio, em produzir mais era o salário. Então, quando a gente fazia as contas daquilo que a gente ia ganhar por aquilo que a gente ia produzir, isso é normal a equipe se animava, mas no decorrer do período, dentro desse processo, o desgaste falava mais alto. As vezes a gente não conseguia mesmo, a mão trava, é cansaço, cansaço físico, cansaço mental, cobranças é isso. (KLEBER, 2010, p. 3)

Por essa razão, o sistema de trabalho dentro dessa empresa acaba delimitando várias vidas, inúmeros sujeitos, que dependem da venda da mão-de-obra, a viverem apenas para o capital. Nesse sentido, estabelece a concorrência entre esses trabalhadores, pois a alternativa para melhorar o salário é voltar sua vida para o trabalho e cuidar para que os outros colegas façam o mesmo, para que não atrapalhem a grande maioria.

Em termos gerais, é necessário pensar em outros elementos que compõe a crise da História do Trabalho. Ainda sob a luz dos estudos de Ricardo Antunes (ANTUNES, 1999. p. 55), podemos constatar o aumento marcante das inúmeras formas de subproletarização: empregos temporários, subcontratados, terceirização de serviços, tanto nos países do Terceiro Mundo, como também nos países centrais.

Em concordância com o autor, Cleusa Aparecida da Silva levanta o questionamento sobre o aumento expressivo do trabalho feminino em escala mundial (SILVA, 2008, p. 25). Dessa forma, suprindo, principalmente, o espaço do trabalho precarizado, subcontratado e terceirizado.

Outro fator que Ricardo Antunes constata é a maior inserção dos trabalhadores e trabalhadoras jovens sem experiências sindicais e exclusão dos funcionários "velhos" do mercado de trabalho. Portanto, evidencia-se assim uma intensificação e superexploração do trabalho; expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, entre outros. Em níveis explosivos, um processo de desemprego estrutural

que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de um bilhão de trabalhadores e trabalhadoras, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha.

Tendo como base as discussões levantadas sobre as consequências do avanço do capitalismo no Brasil e no mundo, a crise acerca da História do Trabalho leva em consideração os elementos citados.

Para a historiografia sobre o tema, houve a necessidade de não operacionalizar os conceitos a base de constatações binárias. Os elementos centrais da teoria marxista como categoria de análise, capitalismo e trabalho, não são mais trabalhados dessa forma. É necessário buscar outra dinâmica de estudo, que leve em consideração as divergências e similitudes.

Nas últimas duas décadas, muitos estudos foram realizados sobre a temática da cultura do operariado. Esses estudos analisaram, principalmente, as abordagens de Thompson e Eric Hobsbawm. A fim de entender melhor as condições da classe trabalhadora, as análises buscaram, sobretudo, questionar a proposta dos estudiosos que partiram da abordagem marxista para entender o mundo da cultura operária e da formação da classe trabalhadora. Os debates sobre a classe operária, uma organização de sujeitos dotados de consciência e cultura – abordagens de Thompson e Hobsbawm –, tiveram influência marcante nas novas análises. Contudo, na medida em que esses estudos avançaram, permitiram desenvolver várias possibilidades com relação às novas posturas metodológicas.

Em se tratando de outras abordagens, Mike Savage (SAVAGE, 2004. In BATALHA, et. al. p. 26) abrange seu ponto de vista, estudando sobre a formação de uma classe trabalhadora culturalmente heterogênea. A diversidade para o autor e a possibilidade de continuidades e rupturas no que diz respeito à luta operária, oferece um raciocínio sobre a atuação de trabalhadores e trabalhadoras em relações cotidianas, a partir das suas comemorações, associações, mutualismos, festividades, manifestações sociais. Nesse sentido, os enfoques tendem a relacionar a formação da classe trabalhadora com as práticas dos sujeitos decorrentes da atuação em um mesmo espaço, não estritamente ligada há um embate entre capital e trabalho, mas em sua maneira de se relacionar com o mundo.

Esses estudos acabam por oferecer um panorama sobre as experiências de trabalhadoras e trabalhadores que não se resumia apenas em luta objetiva, de

enfrentamento, mas que estavam ligadas em um plano de resistência por meio de outras práticas.

O livro “*Culturas de Classe*”, publicado no ano de 2004, evidencia um universo que é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo na formação da classe trabalhadora. Por essa razão, reflete sobre o papel do historiador na construção do conhecimento histórico acerca do tema.

Os estudos permitem pensar que a classe trabalhadora é constituída por meio de práticas sociais em comum, dentro de espaços de sociabilidade. Caminhos e des/caminhos são traçados e marcam trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras. A partir dessa perspectiva, podemos pensar que a classe trabalhadora pode ser considerada enquanto conjunto que, por vezes, nos parece antagônico, com pressupostos diversos, mas que exhibe variadas formas de lutas.

O conceito de classe trabalhadora, neste livro, é tema de uma revisão crítica por parte dos estudiosos. Assim, as análises propõem um entendimento da formação da classe trabalhadora em seus momentos de intersecção, tanto com relação ao caráter econômico, quanto ao cultural e social, sem que haja uma sobreposição das abordagens.

Com relação a esses (re) exames sobre a História do Trabalho e a classe trabalhadora, só se é possível pensar a partir das considerações dos autores Thompson e Hobsbawm. Esses estudiosos propuseram uma renovação na abordagem do marxismo. Contudo, a teoria não se cristaliza, e nos oferece um exemplo de que está sempre em movimento.

Os autores dessa coletânea produziram reflexões significativas para pensar além da teoria de Hobsbawm e Thompson. Dessa forma, enveredam em caminhos tortuosos, mas gratificantes. Trabalham com temas muitas vezes caros, porém nos trazem um amplo panorama das condições da classe trabalhadora.

Portanto, chego a conclusão de que os vários momentos pelos quais passaram a História do Trabalho, ajudaram a promover as incertezas sobre a validade do conceito de classe. O fato é que o conceito não abriga mais a ideia binária de luta entre oponentes: capital e trabalho. Diante disso, o tema percorre outras matrizes de análises e de abordagens, levando em consideração outros pontos não mencionados pela teoria marxista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas que se seguiram, a tentativa foi a de demonstrar o papel do historiador frente às análises do seu tempo. Assim, a abordagem se valeu do entendimento de que a produção da História é dinâmica. O constante movimento da historiografia brasileira traz elementos para pensar na atuação do historiador, e propõe abordagens sempre atentas as novas tendências e discussões sobre a produção do conhecimento histórico.

Pensar que produzimos nossas análises a partir de experiências e, conseqüentemente, a partir do lugar social em que estamos inseridos (**DE CERTEAU, 1982. p. 18**), nos permite não entrar em concordância com posturas que levam em consideração uma ordem bipolar. O julgamento do certo ou errado não cabe para as análises historiográficas. É preciso questionar a realidade social em questão.

A tarefa do historiador não é a de julgar os fatos e sim constatar sua dimensão no tempo histórico, bem como as influências sofridas em determinado contexto.

Como já evidenciado no texto, a História do Trabalho passou por muitos momentos, dentre os quais se chegou a questionar se realmente existe ou existiu uma categoria trabalho na sociedade. Apenas sabemos que as categorias de análises estão postas, e que as utilizamos para melhor entender a sociedade. Questionar a viabilidade de cada uma delas é um exercício histórico.

A categoria trabalho é essencial para entender a sociedade. Em momento algum deixamos de nos relacionar com o meio para obtermos o essencial do vital. Agora, devemos a todo o momento refutar o trabalho que aliena e infelicita o ser social. Devemos buscar uma verdadeira emancipação humana por meio do auto-reconhecimento do e no trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 6ª edição. Campinas: Cortez, 1999.

BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: _____, SILVA, Fernando T. & FORTES, Alexandre. *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.95-119.

_____. A historiografia da classe operária no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: contexto. 1998.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CANO, Wilson. *Desconcentração Produtiva regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo; Editora UNESP, 2008.

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social*. Trad. de Manuel Jiménez Redondo. 4 ed. Madrid: Taurus, 1987.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. 5° ed. São Paulo: paz e terra, 2008.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. 1818-1883. 1°

_____. Caderno I, [I] Salário. In: *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006,

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

OLVEIRA, Eurenice de. *Toyotismo no Brasil: Desencantamento da Fábrica, Envolvimento e Resistência*. 1° edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

RAGO, Margareth. A Nova Historiografia Brasileira. In: *Anos 90*, n°11. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 74-77

SAVAGE, Mike. Classe História do Trabalho. In BATALHA, Cláudio H. M. SILVA, Fernando T. FORTES, Alexandre. *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

SILVA, Cleusa Aparecida. Organização das Trabalhadoras Domésticas e as Relações Políticas. In. *Reflexões Feministas Sobre Informalidade e Trabalho*

Doméstico. Ávila, Maria Betania. Et..al. Recife: sos Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 1988, 1989. (3 volumes)

ENTREVISTAS

ALMEIDA, André. Entrevista realizada em Aparecida do Taboado, no dia 26 de novembro de 2010. p. 1

Kleber, 25 anos de idade, montador de estruturas de madeira para estofados e preparador **de das** mesmas para serem revestidas em couro. Funcionário da fábrica de estofados e colchões Pelmex, entre 2002 e 2008. Entrevista realizada em sua residência no dia 26 de novembro de 2010. p.3